

O LIVRO DIDÁTICO: VELHO TEMA, REVISITADO

Marisa Lajolo*

Eu nasci aqui no mato
Vivi sempre a trabaíá,
Neste meu pobre recato,
Eu não pude estudá.
No verdô de minha idade
Só tive a felicidade
De dá um pequeno ensaio
In dois livro do iscritô,
O famoso professô
Filisberto de Carvaio.

No primero livro havia
Belas figuras na capa,
E no começo se lia:
A pá, o dedo do Papa,
Papa, pia, dedo, dado,
Pua, o pote de melado,
Da-me o dado, a fera é má
E tantas coisas bonita
Qui o meu coração parpita
Quando eu pega a rescordá.

Foi os livro de valô
Mais maió que vi no mundo,
Apenas daquele autô
Li o premero e o segundo;
Mas, porém, esta leitura,
Me tirô da treva escura,
Mostrando o caminho certo,
Bastante me protegeu;
Eu juro que Jesus deu
Sarvação a Felisberto.¹

Será que ainda dá para discutir o livro didático sem enrubescer? E se acaso for possível evitar o rubor de quem escreve sobre o assunto, será possível não fazer enrubescer aos pálidos e impávidos leitores?

Talvez não seja.

Talvez até o papel enrubesça palidamente, ao dar-se conta da redundância do tema ou, o que é pior, da inoperância da discussão.

Salvo momentos de lirismo escancarado, como o da epígrafe, em que Patativa do Assaré nos faz reencontrar, através de seus versos, pedaços de uma infância idealizada, já faz algum tempo que quem olha para o livro didático não gosta do que vê. E, em não gostando, se tem acesso à letra impressa ou a qualquer tipo de audiência, toma da pena ou do microfone, e sai por aí trombeteando críticas.

No que tem toda razão.

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo e atualmente professora do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP.

1 ASSARÉ, Patativa do. Aos poetas clássicos. In: cá. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1978. p.17-8.

.. **Cante lá que eu canto**

Por isso, talvez, pareça que tudo já foi dito, e que o rubor e o tédio são inevitáveis.

Pois quem não sabe que o livro didático contém incorreções graves quanto aos conteúdos que veicula, que reforça ideologias conservadoras, que subestima a inteligência de seu leitor/usuário, que aliena o professor de sua tarefa docente, que - no caso dos livros de Comunicação e Expressão - pirateia textos sem propagar direitos autorais, que direciona a leitura, que barateia a noção de compreensão e de interpretação, e muitos **quês** e muitos etcéteras que, quem é freguês do assunto, conhece bem?

Parece que todos sabem.

E se esse saber é tão universal, não seria mais sensato depor a pena (desligar a máquina seria uma metáfora mais condizente com a pós-modernidade nossa...) ou mudar de assunto?

Talvez fosse-

Mas vou correr o risco de ficar corada e até aumentar a chance de enrubescer, declarando a intenção de desenvolver o tema de forma enviesada, com o que espero poupar - ao menos aos leitores - o dissabor de um café requentado que este, sim, provoca sempre rubores da mais justa ira.

À explicitação de minhas intenções, segue-se o endosso de muitos dos que me precederam desenvolvendo versões variadas do tópico **O livro didático e...**, ficando o preenchimento das reticências por conta da imaginação do leitor. Qualquer que seja o termo que as preencha, não há dúvida de que conclusões possíveis e até mesmo inevitáveis são as já mencionadas de que o livro didático é de baixíssima qualidade, que endossa e faz circular ideologias conservadoras, quequerequequês....

Conclusões, para mim, acertadíssimas. Assino embaixo.

Uma vez estabelecido este acordo inicial, amplo e irrestrito, convém hierarquizar minhas alianças: pois é claro que entre os que me precederam,

há aqueles com os quais concordo mais, e aqueles com os quais concordo menos.

Dentre aqueles com quem concordo muito, em gênero, número e grau destaque grande para **A Política do Livro Didático**, de João Batista Araújo e Oliveira, Sônia Dantas Pinto Guimarães e Helena Maria Bousquet Bomény.²

Trata-se, como se vê, de uma obra escrita a muitas mãos que, ao arregaçarem as mangas para darem conta do recado, não pouparam fôlego próprio nem calos alheios. Ao analisar a política que envolve o livro didático, ao acompanhar os diferentes desdobramentos, feições e práticas desta política ao longo dos anos, o texto final consegue inserir o livro didático no único contexto que permite perceber corretamente seu perfil complexo, multifacetado, sutil e ambíguo. Contexto sem o qual qualquer discussão sobre ele - livro didático - perde o sentido, apesar das intenções melhores ou piores que a inspiram.

Talvez, porque este livro fira a corda correta, qual seja, a da **política do livro didático**, ele teve uma carreira comercial muito menos espetacular do que outros, que caçam bruxos e bruxas com fogos de artifício. Ir, afinal, na pista das diferentes políticas que desemboca(ra)m no rendoso beco dos livros escolares na história da educação brasileira mais recente, é um cardápio que pode parecer indigesto para um público habituado a dietas mais leves.

Mas, como preciso deste livro para dar o meu recado, tenham paciência os meus leitores e saibam que nele se encontram informações e idéias da mais alta importância.

Passo agora a enumerar algumas delas, ressaltando, no meu direito de leitora que interpreta, o direito dos autores de discordarem da leitura que fiz de seu livro.

2 OLIVEIRA, João Batista Araújo et alii. **A política do livro didático**. São Paulo, Summus, Campinas, EDUNICAMP, 1984.

Aprende-se lá, por exemplo, que Comenius já falava do livro didático; que este "gênero" representa uma fatia bastante considerável dos livros produzidos e consumidos no nosso País; que datam do Brasil de 1938 os primeiros esforços pela centralização das providências relativas ao livro de escola; que inúmeras instâncias federais e estaduais já montaram comissões para discuti-lo (CNLD, CELD, COLTED, INL, FENAME, FLE são algumas das siglas envolvidas); que os escândalos no setor são mais a norma que a exceção; e que, na ciranda de tantas discussões sempre recomeçadas, já houve, inclusive, espaço e tempo para vozes de bom senso que disseram que, com professores capazes, a rejeição dos maus títulos seria espontânea.

O livro se encerra propondo alguns itens para o prosseguimento do debate; dentre eles, destaco a oposição centralização/descentralização e a necessidade de envolvimento dos professores em todas as instâncias da questão, uma vez que, como bem dizem os autores, "não há decreto, lei ou supervisão que obrigue um professor a usar um livro ou material com o qual não esteja à vontade, e, em grande parte, de cuja decisão de adoção não tenha participado".³

É por permitir, fundamentadamente, centrar no professor a questão do livro didático, que tomo a liberdade de ir de carona neste texto - repito - fundamental, de João Batista Araújo e Oliveira, Sônia Dantas Pinto Guimarães e Helena Maria Bousquet Bomêny.

Pois o que tenho a dizer retoma isso.

Face à antigüidade e ao descompasso da música que rege a dança do livro didático, os pecados acadêmicos perdem o realce e empalidecem de modéstia. Pois o escândalo de enfiar goela abaixo cinqüenta mil livros indesejados dos professores é muito mais sério do que escrever passarinho com cê cedilha, definir sujeito como quem responde a pergunta quem? feita ao verbo, ou salpicar um **houveram** para dar conta da existência de homens ilustres no friso da pátria. Tudo isso é café pequeno: nonadas, como diz mestre Guima, no início do **Grande Sertão**.

³ Idem, ibidem, p. 130.

Os cinqüenta mil sim, é que são um caso sério: tão sério que, acaba indigesto; e fica mais indigesto ainda por ser prato constante na dieta (de sa-pos) que diariamente têm de engulir professores e professoras de carne e osso.

Professores e professoras que, se leram até aqui, talvez comecem a perder a calma e as estribeiras, cobrando-me a promessa não cumprida: que viés é esse - reclamam com razão - que repete o que já se sabe? De que adianta repetir a ladainha, se o santo não tem força de operar milagres? Milagre mesmo seria, por exemplo, alterar a composição do cardápio, e mesmo acabar com a dieta forçada... Paciência, leitores, que é próprio dos vieses o passo miúdo e o atalho mais longo.

Se os santos não fazem o milagre, cumpre aos fiéis fazê-lo. O que começa por tirar as velas dos altares e acendê-las para iluminar o caminho, reconhecendo, ao longo dele, os itinerários mais adequados para chegar ao destino que se deseja. Não esquecendo, sobretudo, de acomodar na bagagem, algumas hipóteses que, por mais provisórias e descartáveis que sejam, são fundamentais para se pôr o pé na estrada.

A primeira destas hipóteses pode constatar, por exemplo, que é bom que o Estado dê livros didáticos à população escolar carente, que é muito bom que seja o professor destes alunos que faça a escolha de tais livros, e que chega a ser excelente que a nível de planejamento central, haja consenso de que é assim mesmo que as coisas devem passar-se.

Se esta hipótese é verdadeira (ou ao menos provisoriamente aceitável...) é tempo, então, que as velas iluminem as providências necessárias para que, de hipótese, esta idéia se converta em prática. Providências, por sua vez, inauguradas por reivindicações uníssonas e firmes que, como o brado heróico retumbante do hino, se façam ouvir nos quatro cantos do País, em congressos, jornais de professores, assembléias, cursos de extensão e quantos mais espaços houver. Que se reivindique, isto é, que se exija:

1. que a escolha dos livros didáticos não se faça nem em cima da hora, nem em abstrato; que o Estado garanta que **todo** professor tenha acesso

a **todos** os livros que constituem o acervo dentre o qual serão escolhidos os livros a serem adotados;

2. a divulgação, com antecedência de muitas semanas do prazo final para o resultado da seleção; que se assegure, neste prazo, que **todos** os professores tenham acesso real a exemplares dos livros em julgamento, e tempo suficiente, **dentro das horas pelas quais o Estado lhe paga** para, em conjunto com seus colegas, efetuar a seleção;

3. que as equipes, instâncias, órgãos e entidades da administração central, encarregadas de organizar e gerenciar o processo de escolha do livro didático, ponham nisso todo o empenho e competência que demonstram para conseguir, por exemplo, as dezenas de assinaturas, rubricas, siglas e similares necessárias à expedição de um certificado de frequência a um mísero curso de trinta horas;

4. que o Estado não deixe em mãos de cada editora a tarefa de encaminhar aos professores os exemplares de seus livros que serão objeto da seleção. Pois não fica bem. E não se trata apenas de uma questão de etiqueta ou de elegância: o caso é que a não mediação do Estado acaba favorecendo as editoras maiores, que dispõem de cadastros mais gordos e setores de divulgação mais ágeis. Além disso, e com o perdão da paranoia, o *catch-as-catch-you-can* deixa livre um espaço de manobras no qual pode ser irresistivelmente tentador desviar livros de editoras rivais;

5. que o Estado assuma a obrigação de garantir à sociedade que a seleção dos livros, em cuja compra se investe tanto de nossos suados impostos, é feita com seriedade e competência. Centralizando, por exemplo, a atividade de seleção por regiões e em escolas dotadas de bibliotecas, providenciando para que nestas haja vários exemplares de todos os livros em exame para adoção, de forma que se profissionalize a relação do professor com o livro didático, no momento da seleção.

As práticas atualmente em curso são inadmissíveis.

É claro que, em princípio, não lesa ninguém que, além de receber em várias ocasiões pacotes de livros didáticos e paradidáticos de algumas editoras, na semana de seu aniversário, o professor receba uma gentil cartinha desejando-lhe parabéns. Também, não estorva nem compromete que, em dezembro, um cartãozinho bonito diga **Boas Festas e Feliz Ano Novo** ao mestre exausto, que recém fechou seu diário de classe, encerrou a recuperação e deu o presente de seu amigo secreto, na inevitável festa de fim de ano.

Nada disso estorva nem lesa.

O que estorva, compromete e lesa muito é que as relações do professorado com o produto da indústria editorial (da qual ele, professor, é o intermediário e ao mesmo tempo o consumidor) se desenvolvam exclusivamente através de um paternalismo rasgado. Se a temporada de caça-livre-ao-professor não se regulamenta por nenhum acordo entre cavalheiros, é urgente e necessária a mediação do Estado, criando condições para a profissionalização das relações triangulares livro didático/professor/indústria editorial.

Na conjuntura atual, não ficam claros os limites entre a sedução, o engodo, a cooptação consentida e a seleção objetiva. E de pouco claros, tais limites acabam se obscurecendo completamente quando, muitas vezes, são os autores deste ou daquele livro didático, e suas respectivas editoras, as estrelas de palco e de bastidores de seminários, congressos, cursos e similares onde se discutem (ou se sugerem) critérios de avaliação do livro didático.

Se este assunto é de puxão de orelhas em quem de direito, vale aqui também um pito nas associações profissionais.

Onde estão elas, quando o que está em jogo é o direito de seus membros/associados/representados exercerem em condições dignas o direito de seleção de seu instrumento de trabalho cotidiano? Geralmente não estão. Ou, pelo menos, não estão com a mesma estridência com que se fazem ouvir a propósito de outras situações. Não creio que esta função seja menos política do que a discussão de salários ou carreira. E tam-

pouco que venha depois dela. Vêm juntas, naquela perspectiva dialética de que o externo se torna interno, a forma se metamorfoseia em conteúdo e, da mão à boca se perde a sopa, como já proclamava mestre Machado, que sabia das coisas.

6. a rediscussão da questão da obsolescência do livro didático. Ao questionar-se, por exemplo, se um livro deve ter sua adoção fixada por um número qualquer de anos (três ou cinco, por exemplo...) sempre haverá quem salte o pescoço da discussão, argumentando que a mobilidade da produção de conhecimento impõe uma caducidade rápida ao livro didático, uma vez que é necessário que ele (livro didático) reflita/contenha/incorpore, em resumo, articule-se com os avanços da ciência.

O argumento é sério e sólido. E seria até verdadeiro, se a relação do livro didático com a produção de conhecimento fosse a relação de diálogo constante e profundo que tal argumento faz supor. Mas acontece que não é.

Quem conhece livro didático, sabe que tal articulação não existe, ou melhor, que quando existe costuma ser uma articulação degradada: até que as formulações de ponta das várias áreas de conhecimento ancorem no porto seguro do livro didático, transcorre um certo tempo... na realidade, muito mais tempo do que aquele que o bom senso sugere como vida útil de um livro.

Na rediscussão proposta da obsolescência do livro didático, o que está em jogo não são as vantagens ou desvantagens de que um mesmo exemplar seja usado por um ou mais joóezinhos ou mariazinhas da mesma família. O que está em jogo é a necessidade de se compatibilizar a relação de **custo** de um processo de seleção sério, com o **benefício** de uma maior eficiência educacional.

£ s em vez de anual, a seleção de livros didáticos ocorrer de dois em dois ou de três em três anos, reduz-se pela metade ou pela terça parte os gastos envolvidos no processo de seleção que, repetindo, para ser sério, tem de envolver muita gente, durante um certo tempo, e ter asseguradas

condições de infra-estrutura.

Ainda no mesmo sentido, atente-se para o fato de que, via de regra, o que se advoga e/ou se anuncia como necessidade de atualização recobre, muitas vezes, a velha política empresarial de obsolescência planejada: e à semelhança de saias e automóveis, o consumo do livro modelito-do-ano se impõe por razões que nada têm de didáticas nem de acadêmicas, muito embora seja, nestes termos e em nome delas, defendidas.

Uma observação mais detalhada de como os livros de Comunicação e Expressão incorporaram novas formulações da Lingüística e da Teoria Literária pode ser eloqüente para ilustrar o que estou tentando dizer.

A noção de **criatividade**, seguida de perto pela de **funções da linguagem**, acompanhada esta da de **níveis de fala** representam a incorporação, ao livro didático posterior aos anos sessenta/setenta, de conceitos e categorias formulados no bojo de estudos e pesquisas desenvolvidos no âmbito acadêmico dos estudos da linguagem. A inclusão delas em livros didáticos de qualquer série de qualquer grau, não obstante louvável sob muitos aspectos, foi impotente para deflagrar a reorganização de todos os conteúdos do livro didático, tornando, assim, muitas vezes contraditórias e sem sentido as atividades escolares patrocinadas pela escola a partir de propostas do livro didático.

Assim, por exemplo, a questão de criatividade, convocada a partir dos anos sessenta na formulação de exercícios de produção escrita, coexiste bem com a apresentação de estilos literários que "dependem" do momento histórico em que ocorrem... enquanto isso, a discussão dos diferentes níveis de fala se deixa acompanhar, sem pudores (e sem explicações) de normas de concordância verbal e nominal que, num passe de mágica, apagam a noção sócio-lingüística de multiplicidade de expressões convivendo pacificamente em diferentes situações de discurso... e as diferentes funções da linguagem, esquecendo a fraterna coexistência em que ocorrem, são pretexto para exercícios tão dogmáticos como aqueles que - algumas páginas antes ou depois - pedem que o aluno diga que **árvore** é trissílabo, proparoxítone e que **mais** é advérbio...

Mas tudo isso são só exemplos.

Ou mera questão lateral, espécie de **gancho** para retornar à discussão central: que a maior ou menor vida útil de um livro didático não é obstaculizada pela relação que deve (e que mais do que deve, pode) haver entre as pesquisas de ponta e a incorporação destas pelo material didático.

Tal longevidade maior talvez seja essencial para que se possa pensar em formas mais complexas, sérias, seguras e eficientes de avaliação do livro didático. Pois a melhor qualidade deste viabiliza um ensino de melhor qualidade, o qual, por depender **também** da qualidade do livro escolar pode, conseqüentemente, ter nele um poderoso aliado ou um adversário respeitável.

Retorna à cena nesse momento, o papel importante que entidades de professores podem desempenhar. Não só as que congregam professores em geral como ANDES ou APEOESP, mas também as que se voltam para professores de determinadas áreas, como APLL, ALB, APQ, **FNLJ** e outras. Estas todas, e demais similares nacionais podem e devem patrocinar uma prática constante de análise de livros didáticos, que, por ser constante e inserida na política de tais instituições, construirão um saber coletivo muito mais efetivo do que o que se tem em vigor e que preside os momentos de escolha de livros didáticos. E por tabela (ou por acréscimo, como prometem os Evangelhos...) uma tal iniciativa contribuirá decisivamente para a formação política do professor.

Entre os passos necessários para a instauração desta prática, um dos mais urgentes é o recolhimento e divulgação de tudo o que já foi escrito e discutido sobre livro didático. Recolhendo, catalogando e pondo em circulação tais estudos, fica viabilizada, em todos os níveis, a formação de equipes e grupos de professores comprometidos com um trabalho de maior alcance do que congressos, cursos de reciclagem e semanas de planejamento. E, se estes grupos criarem formas de multiplicar seu trabalho junto com os professores que estão com a mão na massa (isto é, com o livro na mão), o processo de seleção acabará por contextualizar-se numa prática profissional consistente na qual a seleção de instrumentos de trabalho não se fará independentemente de uma filosofia educacional: pois é só no interior dela e no interior de uma familiaridade grande com a disciplina que se leciona (leitura, química ou história, não importa)

que se introjetam critérios sólidos de avaliação.

A partir disso, não se precisa mais recorrer nem à competência nem à autoridade do especialista. Este, muito embora tenha coisas a dizer a respeito do livro didático, não pode ser solicitado aleatoriamente, como uma espécie de UTI de reserva para momentos de crise, seu ponto de vista e sua relação com o livro didático só raramente são homólogos ao do professor.

De lambuja, este trabalho de maior fôlego, a pretexto da seleção do livro didático, pode propiciar ainda outras vantagens: permitirá perceber-se, por exemplo, que a avaliação do livro didático - ao contrário do que faz supor a alegre caça a conteúdos ideológicos mais grosseiramente evidentes - relaciona-se intimamente com problemas educacionais muito sérios e tem muito pouco a ver com a efemeridade dos critérios que, a cada ano, emanam de uma ou de outra instância do aparelho educacional brasileiro.

Não seria impossível esperar-se, a médio prazo, que um professorado, assim envolvido numa discussão consistente de livro didático, tivesse condições de influir muito mais decisivamente na qualidade deste livro didático. O boicote aos maus livros, a denúncia sistemática, pública e segura dos erros, absurdos e preconceitos encontrados nos textos tornariam a relação dos professores com as editoras uma relação de controle de qualidade, extremamente viável e produtiva, numa sociedade como a nossa, em que o livro didático é uma mercadoria como outra qualquer.

Caso contrário, pode ser difícil superar os impasses da situação atual, quando conquistas tão importantes e tão duramente conseguidas - como o direito de selecionar o livro com o qual vai trabalhar - têm sua força de interferência na realidade educacional diminuída pelo cruzamento (nem um pouco ingênuo ou casual) dos canais competentes.

Pois o direito que tem o professor de escolher o livro com o qual vai trabalhar choca-se, na prática, com a falta de condições concretas de exercer este direito. Mas como tal direito está formalmente assegurado, a situação atual legitima um processo que realmente não ocorre ou que, por

ocorrer de forma viciada, traveste de escolha consciente o que é, muitas vezes, uma imposição consentida.

Não faz tanto tempo assim, os meios educacionais brasileiros menos empedernidos ficaram chocados com o lamentável equívoco (!) que proporcionou aos livros de uma determinada editora chances muito maiores de serem escolhidos do que os livros de outras editoras. Também recentíssima é a polêmica sobre um livro de Comunicação e Expressão que, condenado a fogueiras cívicas em alguns torrões mais verde-amarelos da pátria amada, despertou imediatamente a simpatia de educadores mais liberais, que viram, no arbítrio ideológico, uma espécie de fiança da qualidade do livro em questão... em consequência, multiplicaram-se - em congressos e similares - moções de apoio ao tal livro como se ter incorrido na ira dos conservadores remisse o livro de feições tão autoritárias quanto outras, só que com o sinal invertido.

Pois não se pode esquecer que a produção do livro didático leva sempre em conta a imagem que a escola tem de si mesma. E devolvendo à escola tal imagem, conta - como contou, no caso em discussão - com a adesão apressada de quem come gato por lebre, gosta e ainda elogia o guisado.

Se, num certo momento, a denúncia sistemática do conteúdo ideológico do livro didático foi a forma possível de atuar num segmento da cultura brasileira extremamente penalizado pelas condições de sua existência mais recente - o ensino - parece que a lição que se extraiu disso foi tão apressada e mal digerida quanto as lições que **passam e cobram** os livros didáticos, objeto destes estudos: não se aprendeu o fundamental, qual seja, que o modo de ser do livro didático é necessariamente conservador.

E, se alternativas radicais que pregam a abolição pura e simples do livro didático talvez sejam, ao menos por ora, inexequíveis (e por isso se tornam inoportunas...), a constatação do fardo conservador do livro didático não pode ser imobilizante. Muito pelo contrário, tem de dar o tom e o rumo das discussões.

Nesta linha, uma saída aconselhável é evitar a discussão frontal, que relaciona diretamente e sem mediação a qualidade do livro didático à qualidade do ensino brasileiro e se pergunta (como no poema de Drummond: "sem interesse pela resposta"): como ter bons livros sem ter bons professores e vice-versa?

Mas antes que o susto ou o tédio de uma discussão tão viciada como esta espante meus (raros?) leitores remanescentes, que já ouviram e bocejaram discussão similar relativa a ovos e galinhas, sugiro que a abordagem mais significativa da questão e o encaminhamento mais instigante de suas respostas possam nascer de sua contextualização no âmbito mais amplo e complexo da política cultural do País, que, ao que parece, tropeçou sempre em livros didáticos, professores e escolas. Tropeçou tanto que às vezes caiu de trombalhão, como se verá pela última visita ao tema livro didático, percorrendo agora seus aposentos mais antigos.

É preciso historizar a questão.

Para ficar-se apenas no que se vê a olho nu, sem sofisticções de pesquisas mais trabalhosas, pode-se começar a viagem no ano de 1888, da libertação dos escravos e véspera da proclamação da República. Foi nesse então que Raul Pompéia publicou **O Ateneu**. No romance, de entremeio a evocações de seus dias escolares, ele refere-se de passagem à produção de livros didáticos daquele tempo. E aprendemos com ele que somos dignos herdeiros de uma situação que já começou sem jeito.

Ao recuperar as lembranças de sua vida escolar, vivida sob a batuta de Aristarco Argolo de Ramos (nome ficcional de Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, grande educador do Império), Raul Pompéia conta como eram produzidos os livros escolares daquela época. E o modo como eles eram produzidos não perde sua verossimilhança nem sua atualidade quando projetado para um século adiante, ou seja, o ano que vem:

"O Dr. Aristarco Argolo de Ramos, da conhecida família do Visconde de Ramos, do Norte, enchia o Império com o seu renome de pedagogo. Eram boletins de propaganda pelas províncias, conferências em diversos pontos da cidade, a pedidos, à sustância, atochando a imprensa dos lu-

garejos, caixões, sobretudo, de livros elementares, fabricados às pressas, com o esbaforido concurso de professores prudentemente anônimos, caixões e mais caixões de livros cartonados em Leipzig, inundando as escolas públicas de toda a parte com a sua invasão de capas azuis, róseas, amarelas, em que o nome de Aristarco, inteiro e sonoro, oferecia-se ao pasmo venerador dos esfaimados de alfabeto dos confins da Pátria. Os lugares que os não procuravam eram um belo dia surpreendidos pela enchente, gratuita, espontânea, irresistível! E não havia senão aceitar farinha daquela marca para o pão do espírito. E engordavam as letras, à força daquele pão. Um benemérito. Não admira que em dias de gala, íntima ou nacional, festas do colégio ou recepções da coroa, o largo peito do grande educador desaparecesse sob constelações de pedraria, opulento a nobreza de todos os honoríficos berloques."⁴

O texto é eloqüente. E dolorosamente contemporâneo. O procedimento que ele relata é muito semelhante a algumas práticas que vivemos hoje, quando o acesso ao livro didático depende ainda de iniciativas que pouco ou nada têm a ver com as reais necessidades - por exemplo - do professorado de Caetetuba-do-Mato-Adentro. **Prudentes professores anônimos** é um eufemismo irônico que recobre um modo de produção indecoroso que persiste ainda - embora atualizado - em certos livros contemporâneos que se fazem muito mais à custa de tesoura-e-cola do que à custa de pesquisa e reflexão próprias. Sem contar a menção à apropriação indevida do trabalho alheio, que submerge na autoria assumida de quem ganha os direitos autorais, mesmo que resumidos aos honoríficos e cintilantes berloques...

Abandonando bastidores e oficinas de elaboração do livro didático, vira-se a esquina do século XX e cai-se na outra ponta da moeda. A autobiografia de Graciliano Ramos retoma o assunto, trança os fios e lança novas luzes sobre ele.

Nascido em 1892, nas secas e ensolaradas Alagoas, mestre Graça retrata em **Infância** (obra editada em 1945) os percalços de uma meninice

sofrida, na qual os livros - em particular os escolares - são origem de sofrimentos ainda maiores:

"Um grosso volume escuro, cartonagem severa. Nas folhas delgadas, incontáveis, as letras fervilhavam, miúdas, e as ilustrações avultavam num papel brilhante, como rastro de lesma ou catarro seco.

Principiei a leitura de má vontade. E logo emperrei na história de um menino vadio que, dirigindo-se à escola, se retardava a conversar com os passarinhos e recebia deles opiniões sisudas e bons conselhos.

- Passarinho, queres tu brincar comigo?

Forma de perguntar esquisita, pensei. E o animalejo, atarefado na construção de um ninho, exprimia-se de maneira ainda mais confusa. Ave sabida e imodesta, que se confessava trabalhadora em excesso e orientava o pequeno vagabundo no caminho do dever.

Em seguida vinham outros irracionais, igualmente bem intencionados e bem falantes. Havia a moscazinha, que morava na parede de uma chaminé e voava à toa, desobedecendo às ordens maternas. Tanto voou que afinal caiu no fogo.

Estes dois contos me intrigaram com o Barão de Macaúbas. Examinei-lhe o retrato e assaltaram-me presságios funestos. Um tipo de barbas espessas, como as do mestre rural visto anos atrás. Carrancudo, cabeludo. E perverso. Perverso com a mosca inocente e perverso com os leitores."⁵

Esta escola de que Graciliano Ramos fala é nossa conhecida, não é mesmo? É aquela mesma escola de Raul Pompéia, perdida nos confins da Pátria, esfaimada de alfabeto, que foi inundada pelos livros escolares cuja produção **O Ateneu** relata tão desencantadamente... São os mesmos livros, cuja desastrosa utilização em classe Graciliano Ramos comenta aqui.

4 POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. 3. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1963, p.3.

5 RAMOS, Graciliano. **Infância**. 17. ed. Rio de Janeiro, 1981. p. 126-7.

E se serve de algum consolo a idéia de que letras percebidas como rastro de lesma ou catarro seco não mataram em casulo o velho mestre Graça, ao tempo em que ele ia à escola, desconsola muito a idéia de que depoimentos como o seu são bem mais freqüentes do que pede o sossego dos educadores. E começa-se a confirmar que... faz tempo que quem olha para o livro didático não gosta do que vê...

Não gosta, talvez porque nossos livros escolares já nasceram errados.

Melhor dizendo: nossos livros escolares chegaram aqui errados, trazidos que foram pelos colonizadores.

Mas mesmo com tantos erros, aprendemos: aprendemos, por exemplo, que assim como era inevitável que houvesse eco, nos livros de antigamente, de polêmicas e questões de antigamente, é inevitável que ecoem, nos livros de hoje, questões e polêmicas de hoje.

Em outras estantes da biblioteca, ficamos sabendo que, se os métodos atuais de censura e crítica aos livros didáticos indesejáveis aos olhos da pedagogia oficial são sem dúvida mais corteses, a tarefa censória é essencialmente a mesma que aqui aportou nas caravelas portuguesas. Exemplo, incrédulo leitor?

Expulsos os jesuítas no século XVIII, ficou também proibida toda a pedagogia jesuítica que incluía, evidentemente, os livros didáticos inspirados por ela, mesmo quando tais livros ocupavam-se de disciplinas aparentemente tão pouco polêmicas quanto o grego, o latim e a retórica...

Com a palavra Laerte Ramos de Carvalho que, estudando as reformas pombalinas na instrução pública registra que:

"Concomitantemente, procurou Diretor-Geral proibir o ensino pelos antigos métodos. Os professores que teimavam em ensinar pela Arte do Pe. Alvarez, com o auxílio dos demais livros proibidos, eram recolhidos à prisão e obrigados a assinar um termo no qual juravam que nunca mais se ocupariam do ensino do Latim no Reino e seus domínios. Os livros proibidos, fossem pertencentes à biblioteca dos professores, fossem das livrarias,

eram recolhidos e algumas vezes, queimados."⁶

Os depoimentos poderiam multiplicar-se. Mas como a multiplicação deles representaria um sério risco de tédio e enrubescimento para meus gentis leitores, fica-se por aqui. Acreditando, por gentileza final, que os depoimentos, se multiplicados, se fragmentariam em muitas vezes.

Nostálgicas algumas, como a de Patativa do Assaré.

Iradas muitas, como as de Raul Pompéia e Graciliano Ramos.

Insatisfeitas, perplexas, às vezes perdidas, outras, como as de nós todos.

E a excursão ao passado nos introduziu em outra dimensão do assunto. Dimensão fluida onde cabe a queixa, a denúncia, a proposta, o apelo. Em conjunto, todos os fragmentos escrevem os primeiros capítulos de uma história que vivemos todos os que lidamos, de qualquer lado da página, nas linhas e nas entrelinhas, com livros didáticos.

E esta história nos mostra, enfim, que não somos uma geração particularmente castigada pelos livros didáticos com os quais nos foi dado conviver. Nem somos culpados, nem estamos sozinhos. Vivemos, isto sim, um momento particular de uma história - a história do livro didático brasileiro - que é longa, cheia de desacertos e desencontros, e de algumas apostas e esperanças.

E aprendemos, contemplando desencontros e desacertos, a destrinchar e assumir o papel que hoje precisamos viver para, vivendo-o, dar um sentido político ao que sentiram e fizeram os que nos precederam.

Pois só **com** a história e na história as discussões sobre o livro didático - tema antiqüíssimo aqui revisitado - ampliam seu alcance e se inserem no contexto mais amplo no qual explodem em luzes que iluminam não este ou aquele livro desta ou daquela disciplina, mas a política cultural do País que, entre broas de milho e orquestras sinfônicas, acaba orquestrando a dança que, à revelia ou voluntariamente, dançamos todos.

6 CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. São Paulo, Saraiva, EDUSP, 1978. p. 120-1.